

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A burguesia brasileira no governo Lula.

Armando Boito Jr.

Cita:

Armando Boito Jr. (2009). *A burguesia brasileira no governo Lula*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1041>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A burguesia brasileira no governo Lula *

Armando Boito Jr. *

O nosso trabalho de pesquisa sobre a burguesia brasileira procura retomar a tradição marxista que hoje está quase esquecida nessa área de estudo. Concebemos o conjunto do empresariado – banqueiros, industriais, fazendeiros, comerciantes – como integrantes da classe capitalista e o Estado brasileiro como uma entidade moldada, pelas suas instituições e pelo pessoal que as ocupa, para servir os interesses fundamentais dessa classe social. Ademais, no campo da teoria marxista das classes e do Estado, trabalhamos com o conceito específico de bloco no poder, desenvolvido por Nicos Poulantzas, para pensar a classe burguesa como a unidade (classe social) do diverso (frações de classe) nas suas relações com o Estado e com o restante da sociedade (1).

* Este artigo é uma versão atualizada de texto que publiquei em 2007 na Revista de Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná.

* Professor Titular do Departamento de Ciência Política da Unicamp e editor da revista *Crítica Marxista*. É autor, dentre outros, do livro *Estado, política e classes sociais*. São Paulo, Editora UNESP, 2008. Endereço eletrônico: boito@uol.com.br.

¹ Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, François Maspero, Petite Collection Maspero, 1971. Ver volume II, Parte III, Capítulo 4 (“L’État capitaliste et les classes dominantes”, p. 52-78) e Parte IV, Capítulo 4 (“L’État

O emprego do conceito de bloco no poder exige, em primeiro lugar, que o pesquisador detecte as frações da classe dominante que agem como força social distinta numa dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios. Em segundo lugar, que exige que o pesquisador procure esclarecer quais interesses de fração são priorizados pela política econômica do Estado e quais são relegados a um plano secundário. A localização dos interesses efetivamente priorizados pela política do Estado indica qual é a fração hegemônica no interior do bloco no poder. Poulantzas sugere que, regra geral, o bloco no poder no Estado capitalista apresenta uma hierarquia mais ou menos estável, configurando a existência de uma fração hegemônica no seu interior. Contudo, esse autor também contempla a possibilidade de uma crise de hegemonia, que é a situação de um bloco no poder no qual nenhuma fração burguesa logra impor seus interesses específicos como interesses prioritários para a política de Estado. O conceito de bloco no poder, que recobre o terreno das classes e frações de classe, permite também a Poulantzas realizar um enfoque novo e sofisticado dos regimes políticos nos Estados democráticos, remetendo as formas de governo (presidencialismo ou parlamentarismo), as disputas entre os ramos do aparelho de Estado (executivo e legislativo), o jogo partidário (os variados tipos de pluripartidarismo e bipartidarismo) às disputas por hegemonia no interior do bloco no poder (2). A idéia é que a organização do Estado e o sistema partidário encontram explicação nos interesses burgueses em conflito.

Há um forte preconceito contra a corrente marxista althusseriana nos meios marxistas brasileiros. Porém, recorrendo a Poulantzas, não nos colocamos muito distantes, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, da tradição da historiografia brasileira na análise do processo político nacional. Os estudiosos brasileiros, no passado recente, operavam com noções e teses que aproximavam suas análises daquelas que poderíamos obter utilizando, explícita e conscientemente, o conceito poulantziano de bloco no poder e o tratamento que esse conceito sugere para o regime político. A polêmica de Boris Fausto com Nelson Werneck Sodré sobre a Revolução de 1930, não dizia respeito ao conflito entre diferentes frações no interior da classe capitalista? Sodré, numa breve passagem realçada, talvez exageradamente, por Fausto, apresentou a Revolução de 1930 como um golpe da burguesia ascendente contra a classe decadente dos proprietários de terra, enquanto Fausto, para refutá-lo, tratou de apresentar 1930 como fruto de uma crise oligárquica, entendida essa como uma crise provocada pelas disputas entre as frações regionais da classe

capitaliste et les classes dominantes”, p. 125-137). Aviso o leitor que não há engano na citação: a numeração e o título dos dois capítulos coincidem de fato.

² Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*. Op. Cit. Volume II, Parte IV, Capítulo 5 (“Le problème dans les formes d’État et dans les formes de regime: le législatif et l’exécutif”, p. 138-152).

dominante. Há um amplo terreno comum a esses dois trabalhos, terreno comum que era, aliás, o que permitia o tipo de discussão que eles ensejaram. Em ambos, o processo político expressa a ação e os interesses de classe; em ambos, o Estado é, antes de 1930 e depois, o Estado da classe dominante. Qual, então, a diferença? No trabalho de Sodré, muda a classe ou a fração da classe dominante cujos interesses predominam no Estado – decadência dos grandes proprietários de terra, ascensão política da burguesia; no trabalho de Fausto, os conflitos entre os setores regionais da classe dominante, as chamadas dissidências oligárquicas, teriam aberto um período crise de hegemonia, noção expressamente utilizada por esse autor e que já fora utilizada antes por Francisco Weffort nos seus estudos sobre o populismo nascido no pós-30. Quando Antonio Carlos Meirelles, em excelente e pouco conhecido texto, interveio no debate para fazer a crítica da crítica de Fausto, foi a vinculação entre o regime político e o bloco no poder que serviu de referência (3). Meirelles argumentou que, embora Fausto tivesse demonstrado a ausência da burguesia industrial no movimento que depôs Washington Luís e a importância da crise oligárquica para o desencadeamento do movimento político-militar, permanecia o fato de que a centralização do regime político alterara a relação de forças no interior do bloco no poder, abrindo caminho para a política de industrialização que se tornaria clara no final da década de 1930. Por isso, Meirelles irá utilizar a noção gamsciana de revolução (burguesa) passiva para caracterizar o movimento de 1930.

Algo semelhante se passa com as discussões sobre a burguesia nacional. Como é sabido de todos, Fernando Henrique Cardoso, nos seus estudos sobre o empresariado e sobre a dependência, esforçou-se para refutar a tese, que ele atribuía genericamente aos intelectuais comunistas e ao PCB, segundo a qual haveria uma burguesia nacional passível de assumir, no Brasil, uma postura antiimperialista (4). Nos debates sobre o significado dos golpes de Estado de 1954 e 1964, a questão da existência ou não de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo e de uma burguesia nacional foram questões que marcaram a ciência política brasileira (5).

O declínio do prestígio da teoria marxista na universidade brasileira, o abandono das pesquisas sobre a burguesia como classe social e a última onda de internacionalização da economia capitalista - o denominado processo de mundialização - poderiam sugerir que este enfoque e os debates que ele enseja estariam superados. Nós acreditamos que não. Além de trabalharmos com o conceito de bloco no poder, lançamos mão de um outro conceito específico, também produzido por Nicos Poulantzas, o conceito de burguesia interna, para entender boa parte do que ocorre com

³ Antonio Carlos Meirelles, “La révolution de 1930 une révolution passive”, *Critique de l'économie politique*, n. 16/17, 1973.

⁴ Fernando Henrique Cardoso, *Empresários de desenvolvimento*. São Paulo, Difel, 1966.

⁵ Octavio Ianni, *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

a burguesia brasileira hoje nas suas relações com o Estado e com o capitalismo internacional (6). Nós entendemos que o denominado processo de mundialização não logrou absorver, integralmente, a burguesia de um país dependente da semi-periferia como o Brasil, o que significa que os conflitos entre uma burguesia compradora, que é o braço local da atual forma de dependência, e uma burguesia interna, com base de acumulação e interesses específicos, explicam parte importante do processo político nacional. Com tais conceitos, elaboramos duas hipóteses principais de trabalho. A primeira é que vigoraria, no período neoliberal, iniciado sob o Governo Collor e que se estende até o presente, a hegemonia do grande capital financeiro internacional, junto ao qual os grandes bancos brasileiros funcionam como burguesia compradora. A segunda hipótese é que o Governo Lula representa uma novidade: sem romper, *até aqui*, com a hegemonia do grande capital financeiro internacional, Lula promoveu a ascensão política da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder. Isto é, o Governo Lula, pelo menos no tema que nos ocupa, que é o tema do empresariado e de sua relação com o Estado, não seria, a despeito de manter o modelo neoliberal, uma mera continuidade do Governo FHC.

A ascensão política da burguesia industrial e do agronegócio sob o Governo Lula

A hegemonia política do grande capital financeiro nacional e internacional não se exerce sem resistência e nas mesmas condições ao longo de todo o período neoliberal. Alguns intelectuais críticos, talvez devido ao grande desajuste entre a imagem pública do PT e o curso real do Governo Lula, foram levados a enfatizar, de modo unilateral e errôneo no nosso entendimento, o elemento continuidade entre FHC e Lula (7). Nossa análise é diferente. Como dissemos, a novidade do Governo Lula é que ele promoveu uma operação política complexa que consistiu em possibilitar a ascensão política da grande burguesia interna industrial e do agronegócio, principalmente dos setores voltados para o comércio de exportação, embora, é verdade, não tenha quebrado a

⁶ O conceito de burguesia interna indica a fração da burguesia que ocupa uma “posição intermediária” entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições antiimperialistas. Ver Nicos Poulantzas, *La crise des dictatures*. Paris, Seuil. 1976.

⁷ Penso em trabalhos de críticos de esquerda ao Governo Lula como Francisco de Oliveira e Leda Paulani. Ver de Leda Paulani *Brasil Delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

hegemonia das finanças e tampouco alterado a posição subordinada do médio capital no bloco no poder ⁽⁸⁾.

Durante o seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso ampliou a abertura comercial, promovendo mais uma rodada de suspensão de barreiras alfandegárias e não-alfandegárias às importações, ampliou a desregulamentação do ingresso e saída de capitais, manteve o câmbio valorizado, aumentou a taxa de juros e a dívida pública. Acumulou déficits crescentes na balança comercial e fez um ajuste fiscal duro – embora esse ajuste possa parecer, nos dias de hoje, um ajuste brando, tendo em vista o nível elevadíssimo de superávit primário imposto pelo Governo Lula ao país. Dois aspectos dessa política foram particularmente criticados pela grande burguesia industrial interna: a abertura comercial e o nível da taxa de juros. Durante o primeiro Governo FHC, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), secundada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vocalizou a insatisfação desse setor.

Nesse ponto da nossa análise, é obrigatório considerar a presença política das classes trabalhadoras. Podemos distinguir, metodologicamente, os empresários do restante da sociedade para elegê-los como objeto de estudo. Porém, o que se passa no interior da classe capitalista relaciona-se com o restante do mundo político e social. Dependendo das características do setor empresarial considerado e da sua inserção no conjunto das relações políticas, ele pode lograr estabelecer alianças ou frentes com setores das classes populares, que estão excluídas do bloco no poder. No caso em exame, é importante lembrar que os grandes industriais contaram, nesse protesto contra a política de abertura e de juros, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da corrente majoritária do Partido dos Trabalhadores, principalmente de sua seção paulista.

A CUT, dirigida por uma nova aristocracia do trabalho representada por trabalhadores qualificados da indústria automotiva, do setor petrolífero e dos bancos, aspirava, apesar dos protestos da minoria de esquerda da central, à ressurreição do velho desenvolvimentismo, que, acreditavam os sindicalistas, seria obtido com a redução da taxa de juros e outras medidas de incentivo ao investimento. A proposta de câmaras setoriais apresentada pela CUT no início da década de 1990 era concebida como o espaço privilegiado dessa aliança, onde empresários e trabalhadores de cada setor discutiriam, juntamente com o governo, aqueles que seriam os pontos de estrangulamento da produção e do emprego – financiamento, impostos, política de contratação etc. Essas câmaras eram pensadas, basicamente, para o setor industrial e a única que vingou foi a Câmara do Setor Automotivo, posteriormente fechada pelo Governo FHC. Além das câmaras

⁸ Retomo nesta parte idéia que desenvolvi no artigo “A burguesia no Governo Lula”, *Crítica Marxista*, n. 21, primeiro semestre de 2005. Rio de Janeiro, Editora Revan.

setoriais, em inúmeras ocasiões a Fiesp e a CUT trabalharam conjuntamente na elaboração de propostas e de projetos de política econômica – como na proposta de reforma tributária, elaborada pela Fiesp e pela CUT com a participação da Fipe-USP, proposta que visava “desonerar o capital produtivo”. Houve um momento alto dessa aliança quando, em junho de 1996, a diretoria da Fiesp declarou publicamente, inclusive através de texto assinado pelo seu presidente e publicado na grande imprensa, apoio a uma greve nacional de protesto contra o desemprego que estava sendo organizada pela CUT e pela Força Sindical. Na campanha eleitoral de 2002, o PT, e o candidato Luís Inácio Lula da Silva esforçaram-se para atrair o apoio da FIESP, proferindo um discurso segundo o qual fariam o governo da produção contra a especulação. Pareciam reeditar as tradicionais ilusões da esquerda brasileira no suposto papel político da “burguesia nacional”.

Além dessa pressão política, é preciso considerar um fator econômico. Os déficits crescentes na balança comercial do país, se atendiam aos interesses do capital internacional, poderiam, a médio e longo prazo, gerar problemas para o próprio capital financeiro nacional e internacional. O desequilíbrio das contas externas, provocado pelo pagamento da dívida, pela crescente remessa de lucros oriunda do avanço da internacionalização da economia e pela própria abertura comercial poderia comprometer a capacidade de pagamento do Estado brasileiro e, no limite, se se chegasse a um nível muito baixo de reservas internacionais, poderia, inclusive, inviabilizar, por escassez de reservas, a liberdade básica do capital financeiro internacional de entrar e sair livremente do país. A economia brasileira aproximou-se dessa situação crítica com a crise cambial de 1999 no momento de transição do primeiro para o segundo mandato de FHC. O fantasma daquilo que os desenvolvimentistas da Cepal denominavam “estrangulamento externo” rondava as contas brasileiras com o exterior. A situação exigia alguma correção de rumo. Fernando Henrique Cardoso percebeu isso. Demitiu Gustavo Franco, o ideólogo da valorização cambial, da Presidência do Banco Central, desvalorizou o real, abandonou a política de déficit na balança comercial e adotou uma política de balança comercial superavitária. O saldo positivo na balança comercial e um acordo de emergência obtido com o FMI passaram a ser os trunfos de que dispunha o segundo Governo FHC (1999-2002) para restaurar a confiança do capital financeiro internacional na economia brasileira. Esse foi o embrião da política de exportação que seria implementada em seguida pelo Governo Lula (⁹).

Diversos são, portanto, os fatores responsáveis pela nova política de comércio internacional e pela correspondente ascensão política da grande burguesia interna industrial e do agronegócio.

⁹ Os setores industriais voltados para exportação aumentaram a influência no interior da Fiesp ao longo da década de 1990, o que torna compreensível a posição atual da entidade face ao governo. Sobre esse ponto, ver Álvaro Bianchi, *O ministério dos industriais – a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2004.

Dado o economicismo que domina as análises da política econômica brasileira, é importante destacar os fatores políticos que induziram essa mudança - a pressão da grande burguesia industrial ao longo da década de 1990, a pressão convergente dos sindicatos e a própria vitória da candidatura Lula na eleição presidencial de 2002. Contaram também fatores econômicos nacionais e internacionais - a ameaça de estrangulamento externo que se evidenciou na crise cambial de 1999, o crescimento do comércio internacional de matérias-primas e de recursos naturais, a melhora nas cotações desses produtos, o declínio, na década de 2000, do fluxo de dólares dirigido aos países dependentes pelos fundos de aplicação dos países dominantes, e, finalmente, a grande desvalorização cambial provocada, involuntariamente, pelo temor do capital internacional diante da iminente vitória de Lula em 2002 ⁽¹⁰⁾.

Uma vez no governo, Lula decidiu radicalizar na direção da correção iniciada no segundo Governo FHC. Iniciou a sua política agressiva de exportação, centrada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica, e implementou as medidas cambiais, creditícias e outras necessárias para manter essa política. O próprio perfil da indústria brasileira mudou, com declínio dos setores mais sofisticados e ascensão dos setores industriais que processam recursos naturais – minérios, papel e celulose, produtos alimentícios etc ⁽¹¹⁾. O carro-chefe das exportações é o agronegócio, setor responsável por cerca de 40% de todas as vendas do país no exterior – destacam-se o complexo da soja que lidera as exportações, seguido por carnes, madeiras, açúcar e álcool, papel e celulose, couros, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas ⁽¹²⁾.

Tratou-se de uma vitória, ainda que parcial, da grande burguesia interna industrial e do agronegócio. Essa fração burguesa permaneceu como força secundária no bloco no poder, uma vez que o Estado continuou priorizando os interesses do capital financeiro, mas o Governo Lula

¹⁰ O prosseguimento de nossa pesquisa deverá levantar um perfil mais preciso da grande burguesia interna, principalmente do seu ramo exportador. O lucro dos diferentes segmentos da grande burguesia interna são afetados de maneiras distintas pela taxa de câmbio de acordo com duas variáveis, pelo menos: se a fixação do preço da mercadoria da empresa ou do segmento é feita em moeda forte (como produtos agrícolas) ou em moeda nacional (como produtos industriais) e se a empresa ou segmento tem alto ou baixo índice de abertura. As empresas e segmentos que apresentam um baixo índice de abertura (importam pouca matéria-prima, insumos e equipamentos) e têm o preço de suas mercadorias fixado em reais são as mais prejudicadas com a valorização cambial; no outro extremo, as empresas ou segmentos que têm os preços de suas mercadorias fixadas em moedas fortes e que apresentam um alto índice de abertura são os menos prejudicados pela valorização cambial. Boa parte do agronegócio ocupa uma posição intermediária entre essas duas posições extremas. Há alguns dados sistematizados sobre esse assunto por Fernando Pimentel Puga no texto “Câmbio afeta exportadores de forma diferenciada”. In Ernani Teixeira Torres Filho, Fernando Pimentel Puga e Francisco Marcelo Rocha Ferreira (org.) *Visão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Edição do BNDES. 2006. p. 65-70.

¹¹ Fazendo o balanço do período 1992-2000, Ricardo Carneiro afirma: “O que se pode concluir do conjunto dos dados é que a estrutura do comércio exterior brasileiro refletiu fielmente as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, com exportações concentradas em setores de menor conteúdo tecnológico, ocorrendo o inverso com as importações.” Ricardo Carneiro, *Desenvolvimento em crise – a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Editora Unesp, 2002.

¹² “Exportação do agronegócio chega à marca dos US\$ 39 bi”. *Folha de S. Paulo*, 07 de janeiro de 2005, p. B 3.

ofereceu a ela uma posição bem mais confortável na economia nacional. O resultado disso pode ser visto no comportamento da Fiesp. Essa entidade, que foi crítica dos aspectos mais financistas da política econômica e da abertura comercial dos anos 90, é presidida hoje por um homem de confiança do Palácio do Planalto, que se elegeu para a Fiesp com o apoio do governo federal. O governo Lula multiplicou os canais institucionais de consulta aos industriais e aos exportadores, o que representa um grande contraste, segundo depoimentos dos próprios empresários, com o que se passava no Governo FHC ⁽¹³⁾.

Ascensão política sem conquista da hegemonia

Por que então, apesar do estímulo governamental ao setor exportador e da alta lucratividade que esse setor está apresentando, entendemos que o grande capital financeiro nacional e internacional permanece hegemônico no interior do bloco no poder sob o Governo Lula? A resposta é a seguinte: porque esse governo estimula a produção, mas no interior dos limites permitidos pelos interesses fundamentais do grande capital financeiro.

Em primeiro lugar, ele estimula, prioritariamente, a produção voltada para a exportação. Do ponto de vista das finanças, não interessa priorizar a produção voltada para o mercado interno. O grande capital financeiro necessita reduzir o desequilíbrio das contas externas, sem o que a sua livre circulação e elevada remuneração poderão ficar comprometidas. O objetivo principal do estímulo à produção deve ser, então, a exportação, isto é, a caça aos dólares e às demais moedas fortes - não é no consumo popular interno que essas moedas poderão ser obtidas. Por isso, estimula-se especificamente a produção para exportação e não a produção em geral. Em segundo lugar, mesmo na política de estímulo à exportação, tudo deve ser feito de modo a não ultrapassar a medida daquilo que interessa às finanças. Corrida aos dólares, sim; mas desde que os dólares obtidos sejam direcionados para o pagamento dos juros da dívida. Assim sendo, o superávit primário e os juros devem permanecer elevados mesmo que isso limite o próprio crescimento das exportações. De fato, faltam infraestrutura e recursos humanos - estradas, silos, portos, funcionários para a vigilância sanitária etc. - para que o capitalismo brasileiro possa crescer pelo menos dentro da taxa média das principais economias latino-americanas e ainda que como mera plataforma de

¹³ Ver Eli Diniz, “Empresários e Governo Lula: percepções e ação política entre 2002 e 2006. Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, Porto Alegre, maio de 2006.

exportação. Porém, do ponto de vista do capital financeiro, não interessa desviar para a infraestrutura o dinheiro que deve ser encaminhado para remunerar os bancos. Os pontos de estrangulamento poderão, quem sabe, serem superados pelas Parcerias Público-Privadas, as PPPs, concebidas pelo Governo Lula justamente para contornar os problemas de infra-estrutura sem ameaçar a política de elevados superávits primários. O mesmo raciocínio aplica-se à política de juros básicos elevados, que fortalece o perfil usurário do capital financeiro, desvia-o do financiamento da produção e encarece os investimentos, limitando o crescimento da exportação.

A política externa do Governo Lula também expressa a nova situação do bloco no poder. Ou seja, ela não está desconectada da política interna, como sugerem aqueles que a consideram a “parte sã” desse governo. O Presidente Lula diz estar lutando por uma nova “geografia comercial” e é aqui que reside o segredo da vinculação da sua política externa com a sua política econômica. A política externa é, ao mesmo tempo, dependente (frente ao imperialismo) e conquistadora (frente às pequenas e médias economias da periferia). De um lado, reafirma-se a posição subalterna do capitalismo brasileiro na divisão internacional do trabalho com a política de especialização regressiva no comércio exterior, mas, de outro lado, o governo quer ocupar de fato o lugar que cabe ao capitalismo brasileiro nos mercados agrícola, de recursos naturais e produtos industriais de baixa tecnologia, mesmo que para tanto o capitalismo brasileiro deva expandir-se às custas das demais burguesias latino-americanas e mesmo que gere tensões comerciais localizadas com alguns países dominantes. A luta contra o protecionismo agrícola da Europa e dos Estados Unidos e a deterioração das relações com a Argentina ilustram o que estamos afirmando.

Consideração final

A valorização do papel político da burguesia brasileira traz à tona, para o pensamento crítico, a questão da possibilidade de aliança ou frente política com esse setor burguês para obtenção de reformas que interesse aos trabalhadores. Vamos encerrar essa breve comunicação fazendo breves e indicações sobre o assunto.

Não deixa de ser interessante constatar que o Partido dos Trabalhadores, organização que se apresentou no seu nascimento como uma ruptura com toda a tradição do populismo e do PCB, esteja, uma vez no poder governamental, realizando, em bases históricas e com objetivos novos, justamente aquilo a que era a marca do pensamento estratégico pecebista: a frente política do movimento operário e sindical com a burguesia brasileira.

Sobre o interesse dos trabalhadores nessa frente, contudo, o que podemos dizer, numa observação rápida, é que ela não tem rendido os frutos que as classes populares poderiam esperar. A grande burguesia brasileira tem muito pouco a oferecer ao operariado e aos assalariados em geral. Voltada, em grande medida, para o mercado externo, ela não tem, por causa disso, interesse no desenvolvimento do mercado interno e, portanto, não tem interesse na promoção dos salários. Essa burguesia tampouco tem algo a oferecer aos camponeses. Vinculada que está ao agronegócio, não tem porque aceitar uma política de reforma agrária.

O que temos constatado é que a grande burguesia interna defende todos os aspectos do modelo capitalista neoliberal que prejudicam os trabalhadores, como a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos direitos sociais, aspirando alterar, apenas, os aspectos desse modelo que a afetam diretamente.